



ANGOLA

A guerra não pode servir de pretexto à corrupção

Segundo técnicos do Banco Mundial, a economia angolana tem condições de crescer entre 7% e 10% nos próximos anos. Basta que implemente um programa de estabilização e ajustamento da economia. Um desses técnicos advertiu: "O governo angolano não pode utilizar a guerra como pretexto para não implementar o referido programa."

Não cabe aqui discutir a validade de implementação de um programa de estabilização da economia. O que nos chama a atenção na advertência do técnico é a parte da afirmação que diz que Angola não pode utilizar a guerra como pretexto. Porque essa guerra, que ainda não tem hora para acabar, tem servido de pretexto para muita coisa. Não coibir a corrupção, especialmente.

Aliás, segundo o *Expresso*, de 2.4.94, a corrupção está alojada tanto no Estado Maior das Forças Armadas quanto nos ministérios. Uma das provas disso são as recentes exonerações feitas pelo presidente José Eduardo dos Santos: a do vice-chefe do Estado Maior das FAA para a logística e infra-estrutura, general Afonso Garcia "Led"; a do ministro da Reinserção Social, Norberto dos Santos; e a do ministro da Administração Interna, António Paulo Kassoma, que é titular da empresa APK, com as iniciais do nome do ministro e com fama de negócios escusos com o Estado.

Quando comentei com um oficial angolano da reserva que o general Afonso Garcia era tido como dos mais ricos do país, ele ironizou, ampliando, "é o general mais rico da África Aus-

tral, a história dele vêm de longe, começou com a corrupção [referindo-se a diamantes] e foi ficando..." Essa informação tem continuidade numa matéria do *InformAfrica Confidencial* (20.3.94) na qual se afirma que o presidente Dos Santos "tinha medo" de criticar o comportamento de certos oficiais para não abalar a "estabilidade e coesão" no seio do Exército, tendo em conta a situação de guerra.

Pois bem, o processo foi deflagrado. A guerra deixou de servir de pretexto. O problema agora está nas mãos da Assembleia Nacional, que pretende instaurar uma comissão parlamentar de inquérito. Os deputados não têm relação conhecida com a corrupção e entre eles estão militantes veteranos considerados exemplares. O mais respeitado entre eles é Lúcio Lara, autêntica reserva moral do MPLA, do qual é dirigente praticamente desde a fundação. O processo de denúncia ganhou peso durante a reunião de janeiro do Comitê Central do MPLA, que abriu caminho para a intervenção do presidente da República.

A Assembleia Nacional tem em mãos a oportunidade de não só sanear os negócios do Estado como a de se transformar no eixo à volta do qual se implemente um programa global de governo que envolva o campo político e económico e prepare o país para "defrontar" Savimbi nos esforços que ainda serão necessários para chegar às reais negociações de paz.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEAA)

ÁFRICA DO SUL

ANC continua vitorioso nas prévias

As sondagens eleitorais, desta vez mais autênticas, têm trazido grandes variações nos números.

A sondagem de fevereiro foi encomendada pelo grupo Argus, da Anglo-American, que domina a imprensa de língua inglesa, tendente a posições liberais. Segundo ela, temos o ANC com 50% das intenções de voto; o PN com 14%; o CP/AVF, a extrema-direita branca, com 4%; o Partido Democrático, de liberais brancos, com 3%; o Inkatha com 3%; o PAC-Azapo, de radicais negros, com 1%; além de 19% de indecisos e 6% que não responderam.

Se considerarmos somente os votos declarados, o ANC subiria para 60% e o PN para 19%. Não é muito provável, contudo, que o ANC, com eleitorado mais definido, avance tanto na cota dos indecisos. Entretanto, é possível que o PN chegue a 26% e o ANC alcance 62%, sem contudo chegar à maioria de dois terços.

Sondagens abrangendo os 12 últimos meses deram a seguinte avaliação média para os "seis grandes": ANC, 57,6%; PN, 19,6%; Inkatha, 7,8%; CP/AVF, 5%; PAC-Azapo, 4,2%; e PD, 2,3%.

As sondagens realizadas já no mês de março na província do Natal - incluindo, portanto o Kwazulu - confirmam o favoritismo do ANC mesmo entre os zulus. Assim, o ANC teria 49,7% dos votos; o PN, 25,3%; e o Inkatha 25%, entre os pesquisados que declinaram o voto. O *Sunday Times* (3.4.94) confirma que o PN terá 38% dos votos no Cabo Ocidental (onde está a Cidade do Cabo e a maioria dos mestiços - *coloureds*) contra 31% do ANC. (JMNP)

- Repatriação não é para já 3
- Situação grave, mas não dramática 4
- Estado de emergência enfurece zulus 4
- Corrida contra o caos 5
- Escândalo agita militares 5
- De Klerk marca pontos 6
- Tudo depende da cimeira quadripartida 7
- A espera de Henry Kissinger 8

- Zulus marcharam em paz 10
- Butros-Ghali pede aceleração das negociações 11
- A oposição une-se 11
- A capital não tem água 11
- A tentação autoritária 12
- Libertação antes das escolas 12
- O fantasma antes do regresso 13
- Estudantes saem às ruas e governo recua 14

AVISO AOS ESTUDANTES AFRICANOS

Os estudantes que não confirmaram sua permanência como tal no país em 1994 perderão o direito à assinatura gratuita deste clipping a partir do número 54.

ANGOLA

Ecoss da viagem presidencial a Paris

A visita do presidente José Eduardo dos Santos a Paris, no final de fevereiro, trouxe mais vantagens do que o esperado para o governo de Luanda. Para o *Marchés Tropicaux*, a mais completa revista sobre a economia do continente africano, as razões, a priori, do êxito da visita do presidente Dos Santos prende-se basicamente ao fato de a França ter interesses muito fortes na região central do continente, onde estão dois importantes países francófonos: o Zaire e o Congo.

Atuando neste último país, e também em Angola, está a poderosa petrolífera francesa Elf Aquitaine, em processo final de privatização. Em Angola também atua uma outra petrolífera francesa, a Total, além do Grupo Suez, que, por intermédio da Société Générale de Belgique, controla o Caminho de Ferro de Benguela, a mais extensa (1.348 quilômetros) e estratégica ferrovia de toda a África Austral.

Não é de estranhar, portanto, que Dos Santos tenha escolhido a França para a sua primeira visita ao estrangeiro depois das eleições de setembro de 1992 e da retomada da guerra civil pela Unita. Aliás, esse é um ponto que valoriza ainda mais a importância atual da França para Luanda. O governo francês de direita está dividido entre a Unita e o governo do MPLA, além de haver um contencioso econômico entre os dois países, com Luanda atrasando pagamentos desde abril de 1993. Isso não é surpresa - o dinheiro do petróleo já está comprometido até o ano 2002, sobretudo devido à guerra.

Contrários ao governo de Luanda estão os ministros franceses das Relações Exteriores, Alain Juppé, e o da Defesa, François Léotard, do Partido Republicano e amigo de Savimbi. O *Marchés* indica que é a

volta do Partido Republicano que gravita o apoio à Unita, à Flec (dissidentes de Cabinda) e aos bacongos do Mako. Pode-se até mesmo afirmar que a maioria do governo francês pende para a Unita.

Luanda, no entanto, tem fortes aliados, o maior dos quais é o ministro do Interior, o gaullista Charles Pasqua, que tem grande influência nos países africanos e exerce uma atuação que freqüentemente se sobrepõe à dos Ministérios das Relações Exteriores e da Cooperação. Foi dele a frase: "A França está disposta a reforçar a sua cooperação com Angola." Pasqua pode prestar uma grande ajuda a Luanda, viabilizando a cooperação francesa no reforço à Polícia Antimotim. Poderá também influenciar Paris a exercer pressão contra o fornecimento de armas, munição e combustível pela extrema-direita europeia, além da sul-africana, à Unita através do Zaire.

Quanto ao armamento, não há hipótese. Contrariamente aos Estados Unidos e à Inglaterra, que liberaram a venda de armas a Luanda, a França mantém o antigo impedimento da ONU conhecido como cláusula *triplo-zero*. Ainda segundo o *Marchés*, embora Luanda esteja sendo abastecida em armamento pela Espanha, Brasil, Israel (enquanto os árabes estão com a Unita) e países do Leste europeu, o governo gostaria de comprar helicópteros franceses.

De quebra, a visita serviu para um encontro entre Dos Santos e o líder da FLEC, Nzito Tiago, que reside em Paris. Consta que Luanda já tem pronto um plano para a autonomia de Cabinda, um documento que teve consultoria dos especialistas das autonomias espanholas. (JMNP)



NOTÍCIAS AFRICANAS

Publicação do
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Edição

Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira).

Apoio

Fundação Ford.

Produção Gráfica

Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição).

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*):

Sociedade Brasileira de Instrução
Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10/Conj. 501
20119-900, Rio de Janeiro, RJ,
Brasil
Tel. (021)531-2000/R. 259 e
531-2636, Fax (021)531-2155.

Assinatura anual:

Instituições internacionais:

US\$ 250,00;

Instituições nacionais:

US\$ 200,00;

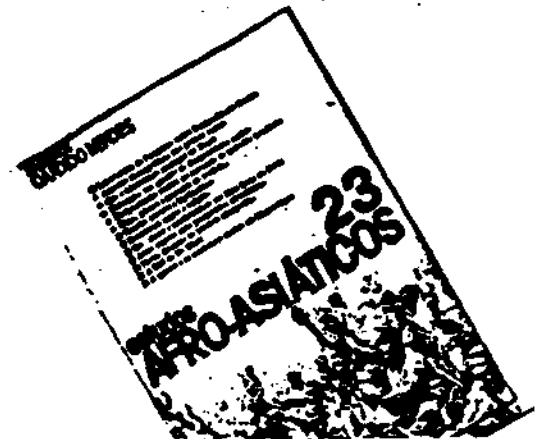
Pesquisadores:

US\$ 100,00 (Dólar comercial).

WE ASK FOR EXCHANGE



ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259



África do Sul: repatriação não é para já

Oliver Coombe*

PÚBLICO, 14.9.74

O Governo ainda não pensa activar qualquer plano

para repatriar os portugueses residentes na África do Sul.

Há acompanhamento da situação e os dados disponíveis

não sugerem o resultado "cenário de catástrofe".

Falar em ponte aérea é "puro e prejudicial especulação".

A embaixada portuguesa em Pretória, entretanto,

não regulou qualquer movimento anormal de portugueses

e a TAP prevê mesmo suprimir um dos seus voos semanais

Liões-Joanesburgo-Liões, a partir de Maio.

"Não se ter entrado no ponto de derrapagem inevitável", segundo as fontes do MDN ontem concluídas.

Seguro é que, ao contrário do que chegou a ser noticiado, não se realizou qualquer reunião de emergência entre ministros responsáveis com a questão sul-africana e com as comunidades estrangeiras residentes na África do Sul. Uma das fontes contactadas pelo PÚBLICO foi peremptória ao garantir que "é falso que esteja em marcha a realização de uma ponte aérea entre a África do Sul e Portugal". O que se mantém, dizem as mesmas fontes, é que, "se for necessário, Portugal tem de estar preparado".

É esta afirmação acompanhada de várias declarações do primeiro-ministro, quando diz que "Portugal tem as portas abertas para todos os portugueses", mas espera que a situação na África do Sul evolua de forma a permitir que "todas possam contribuir no país em tranquilidade e segurança". Carlos Silva acrescentava que nem Portugal nem a Inglaterra, os países com mais efectivos na África do Sul, têm neste momento "planos especiais de evacuação".

As palavras do governador civil

O governador civil de Aveiro, no entanto, afirmou ontem ao PÚBLICO que, de facto, existe um plano de alojamento dos portugueses da África do Sul, informação que, disse, lhe foi confirmada pelo secretário de Estado da Segurança Social, Fernando Almeida. Segundo Gilberto Medial, que confessou só ontem ter sido informado do assunto, o secretário do Estado ter-lhe-á mencionado que "não vale a pena desmentir aquilo que é verdade".

Sabermundo ter conhecido o do que a zona de Aveiro será apenas um dos eixos de um "plano já testado" — o outro seria activado da base aérea do Montijo —, Gilberto Medial explicou que se previa a utilização de bases aéreas de Mascara (alde de Cartegosa), no concelho de Ovar. A partir daí, os portugueses eventualmente regressando seriam encaminhados para o Centro de Férias da Torreira. Esta, no concelho de Murtoza, fica a cerca de 60 quilómetros de Aveiro, por estrada, e a cerca de um quarto de hora, seguindo de barco pela Ria.

O Centro de Férias da Torreira, mais conhecido por "colónia de Férias da Torreira", tem capacidade para 200 pessoas. O outro local previsto é o centro do Inatel da Ferra, a cerca de 20 quilómetros de Mascara, com capacidade para cerca de 150 pessoas.

As declarações do governador civil de Aveiro sobre um plano de evacuação de emergência, feitas também a vários rádios e televisões nacionais, acabaram por ter uma certa difusão mundial.

Gilberto Medial foi citado ontem em despacho noticioso da Reuters. Quanto à Frances Press, fez sair também ontem um despacho em que dava conta de que "a rádio privada de Liões TSP" informava que o Governo "prepara um plano de urgência destinado a recolher os 600 mil portugueses da África do Sul".

Ordem também, um alto funcionário da embaixada portuguesa em Pretória, contactado pelo PÚBLICO, declarou que, naquela representação diplomática, não há qualquer conhecimento de planos do Governo português. É que não surgiram, nem na embaixada nem nos consulados na África do Sul, quaisquer movimentos anormais de pessoas que pretendam sair do país, para além do fluxo habitual dos que "vão passar o Natal e a Páscoa" a Portugal, onde, aliás, poderão voltar normalmente nos consulados sub-eficientes na altura das eleições. A embaixada lembrou ainda que as linhas aéreas sul-africanas, que tinham três voos directos para Liões por semana, suprimiram um deles e o que o mesmo irá fazer a TAP.

O gabinete de informação da TAP confirmou que vai suprimir um destes voos semanais a partir de 1 de Maio. A decisão, "puramente comercial", foi tomada no quadro do plano estratégico da empresa, mas, "em caso de necessidade", o voo "podrá ser repositado de um dia para o outro", além de haver sempre a possibilidade de colocar a frota à disposição.

A TAP reformou também o que já costumava dizer (ver PÚBLICO), isto é, que este é um período "em que o alarzo é maior" e em que "as linhas andam sempre cheias". No caso da África do Sul, os três voos semanais entre Liões e Joanesburgo, com regresso no mesmo dia (domingo, terça e sexta, com escala, respectivamente, em Luanda, Brazzaville e Liberville), estão totalmente preenchidos nos dois sentidos. *

* com Rui Carlos Martins
e Rui Baptista

As notícias que estão a ser divulgadas sobre o imminente regressamento de cidadãos portugueses residentes na África do Sul "é pura especulação". A afirmação é produzida pelo general Carlos Ribeiro, director-geral de Política de Defesa Nacional, que manifestou a sua preocupação pelas ligaduras com que se estão a afectar "condições catastróficas de êxodo, em contradição com os esforços de Portugal, da comunidade internacional e da própria África do Sul" visando o controlo da situação. Acrescenta que não há, de momento, "planos especiais de evacuação".

Seria incongruência, disse ao PÚBLICO, se o Governo português não estivesse a fazer sério acompanhamento da evolução da situação e isso está naturalmente a ser feito, em primeiro lugar pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e, depois, pelas tripas de Governo vocacionadas para responder a eventuais situações de emergência ocasionadas pela possível necessidade de repatriamento. Até este momento realizaram-se reuniões de trabalho ao nível do Planeamento Civil de Emergência, como medida cautelar. Não há indicadores de iminência de risco que determinem a activação de um plano específico dirigido ao caso sul-africano.

Em suma, uma coisa é Portugal estar preparado para "reparar e acolher os seus cidadãos", outra será activar um plano de re-

parlamento. Não é o caso, segundo a outra fonte do Ministério de Defesa Nacional (MDN). Porquência, testam-se as disponibilidades dos órgãos de planeamento em alguns sectores da administração pública, relativamente a transportes, meios de alojamento e outras áreas mobilizáveis perante uma situação de crise. Naturalmente, e pela mesma razão cautelar, fizeram-se reuniões quando a entidades capazes de responder a fornecimentos de natureza alimentar e outro apoio logístico. É uma situação preventiva que a administração pública, por via do Planeamento Civil de Emergência, tenta, face a probabilidades semelhantes. Este tipo de diálogo e troca de informações entre os serviços de administração pública responsáveis pela protecção civil também se desenvolveram quando se agudizou a situação em Angola e no Zaire.

Segundo as fontes do MDN ainda não foi considerado necessário passar do planeamento à acção. Por isso, nem a Força Aérea nem a transportadora aérea nacional (TAP) receberam instruções para preparação de meios aéreos, sendo que a Força Aérea tem, grau de proibição capazes de responder, em curto espaço de tempo, a uma solicitação de emergência. No entanto, situação está a ser acompanhada pelas várias Governos, mesmo ao nível da UBO e ONU. Trata-se de um quadro com condutas preventivas, mas há a convicção de

Estado de emergência no Kwazulu-Natal

Situação grave, mas não dramática

PÚBLICO, 1.4.94

A PROCLAMAÇÃO do estado de emergência na província de Kwazulu-Natal revela que a situação na África do Sul é de facto grave, mas convém não exagerar e compreender que ainda não assumiu aspectos catastróficos. Os incidentes ir-se-ão decerto repetindo, com largas centenas de vítimas até às eleições. Mas daí até uma situação de guerra civil vai um largo passo.

O presidente Frederik de Klerk, o homem que em quatro anos deu um enorme sãfãno no marasmo que estava a ser a vida sul-africana sob o controlo da minoria branca, anunciou ontem a proclamação do estado de emergência na província do Kwazulu-Natal, a que está a dar mais dores de cabeça às autoridades.

Ao fazê-lo, o chefe do Partido Nacional procurou que as Forças Armadas controlem a espiral de violência que ali se adivinha e garantam a efectivação das eleições gerais marcadas para 26 a 28 deste mês, apesar de todas as reservas manifestadas pelo partido Inkatha e pelos seus aliados da extrema-direita boer.

O facto de o Inkatha e de o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, persistirem no pedido de adiamento do acto eleitoral está a causar uma série de incidentes, com centenas de mortes durante o mês de Março. Mas De Klerk e o ANC querem evitar que se

chegue a um clima de guerra civil, no qual seria impossível o funcionamento das assembleias de voto e a instauração de uma sociedade democrática.

O Presidente, que desde o início de 1990 tem vindo a reformular profundamente o país que herdou do seu antecessor, Pieter Botha, pediu "muita, muita calma" aos seus compatriotas, para que se consiga evitar o pior e que os rios de sangue que têm corrido na África do Sul não se transformem em autênticos oceanos.

Não há pânico

"Controlamos a situação. Não há necessidade de pânico", sublinhou o corajoso estadista, que, no próximo mês, deverá muito provavelmente passar à situação de vice-presidente, ficando a chefia do Estado a cargo do líder do ANC, Nelson Mandela.

Quanto ao controverso Mangosuthu Buthelezi, primeiro-ministro do bantustão Kwazulu, que no novo ordenamento administrativo se dissolve na província do Natal, a cujo nome acrescenta o seu, considerou humilhante a proclamação do estado de emergência, que fora sugerida pelo ANC.

Semelhante situação permite detenções sem julgamento, controlo de comícios, recolher obrigatório e proibição de porte de armas. Não se cre, apesar disso, que a comunidade internacional se vá

opor grandemente a tal estado de coisas, dado que a alternativa era uma sangria desenfreada e o fantasma de milhares de mortos durante o mês de Abril.

Homens armados abateram ontem quatro polícias, incluindo uma mulher, numa emboscada perto de Vereeniging, 30 quilómetros a sul de Joanesburgo, enquanto outros assassinavam a tiro sete pessoas que seguiam numa carrinha-táxi, em Kaitshong, igualmente nos arredores da grande metrópole.

Receia-se que, ao longo das próximas semanas, continue a haver 20 ou 30 mortos por dia na África do Sul, mas em termos relativos isso não é considerado extremamente dramático nem comparável ao que tem sido a situação em Angola nos últimos 18 meses.

Alguns desses mortos serão decerto na província de Kwazulu-Natal, que tem perto de oito milhões de habitantes e comunica com o exterior pelo porto de Durban, numa zona em que Vasco da Gama fez escala no dia 25 de Dezembro de 1497, quando ia a caminho da Índia. Mas muitos mais seriam se não houvesse o estado de emergência, que deverá limitar bastante os confrontos entre partidários e adversários das eleições.

No entender de alguns observadores, relativamente optimistas, o Rei dos zulus e o Inkatha não têm homens nem armas suficientes para fazer face ao grande poderio das Forças Armadas sul-africanas, pelo que

não consideram credível que eles tentassem levar à prática os seus intentos separatistas. Qualquer tentativa de pseudo-independência seria esmagada em alguns dias, nunca podendo ocorrer ali nada que se comparasse com um Katanga ou um Biafra.

Até porque, nunca é demais sublinhá-lo, e ao contrário do que por vezes creem os mais distraídos, o grosso dos oito milhões e meio de zulus não está contra as eleições nem a favor do Inkatha, antes preferindo ir às urnas e viver numa África do Sul administrada em coligação pelo ANC e pelo Partido Nacional.

Os zulus que admitem o boicote eleitoral e a proclamação de uma monarquia autónoma na província do Natal, seguindo assim a linha de Buthelezi, não deverão representar sequer 35 por cento daquele grupo étnico. Ou seja, no máximo, uns três milhões de sul-africanos, numa população total de quase 40 milhões.

Mesmo que aos separatistas zulus se associassem, numa acção aventureirista, aos extremistas boers de Ferdi Hartzenberg e Eugene Terre-Blanche, a força conjunta dos que rejeitam as eleições nunca representaria nesta altura muito mais de 12 por cento da sociedade, o que é manifestamente insuficiente para impedir uma razoável democratização da África do Sul.

João Heller com Steven Lang, em Joanesburgo

Estado de emergência enfurece zulus

EXPRESSO, 1.4.93

O PRESIDENTE sul-africano F.W. De Klerk declarou ontem o estado de emergência na província do Natal, com 6,5 milhões de habitantes, numa tentativa para acabar com a violência que assola a zona devido a confrontos entre militantes do ANC e do partido Inkatha, de base zulu. A medida abrangge o território semiautónomo de Kwazulu, cujos dirigentes se opõem activamente à realização das eleições multirraciais previstas para o final do mês.

O líder conservador Mangosuthu Buthelezi, cuja autoridade fica agora reduzida, por perder o controlo da sua polícia fortemente armada, contestou a decisão e afirmou que o seu povo «vai ficar ainda mais zangado» e que o envio de tropas equivalia «a uma invasão, uma tentativa de o

forçar a aceitar uma situação (realização de eleições) que não aceita».

Por sua vez, De Klerk apelou à calma e afirmou: «A situação está sob controlo. A lei e a ordem serão mantidas e não permitiremos que a anarquia se instale em qualquer parte do nosso país. E as eleições, permitam-me que o diga, realizar-se-ão.»

Ao abrigo da legislação, a polícia e o Exército terão amplos poderes para impedir a violência, incluindo a proibição de comícios e marchas, durante as quais geralmente ocorrem confrontos, detenção de suspeitos e apreensão de armas.

A decisão surge depois da morte de cerca de 50 pessoas, esta semana em Joanesburgo, e do afastamento compulsório dos dirigentes de dois

bantustões que se opunham às eleições. O Kwazulu é actualmente o único território autónomo que persiste na recusa.

O Inkatha, o principal partido local, acusa o ANC de Nelson Mandela de ser um grupo ditatorial que esmagará a cultura zulu mal chegue ao poder, e cita planos para eliminar a autonomia do Kwazulu e de outras regiões étnicas criadas durante o «apartheid».

Sondagens mostram que o Inkatha perderia a favor do ANC em eleições livres, enfraquecendo deste modo a posição do seu líder.

A decisão presidencial foi apoiada por Nelson Mandela e por Joe Slovo, líder do PC sul-africano, mas receia-se que, entretanto, os zulus desencadeiem ataques de guerrilha.

Corrida contra o caos

A batalha no centro de Joanesburgo e a imposição do estado de emergência no Natal fazem recuar o pior

EXPRESSO, 1.4.93

DAVID BERESFORD
correspondente
em Joanesburgo

A ÁFRICA do Sul lançou-se esta semana numa corrida contra o caos quando o massacre nas ruas de Joanesburgo tornou claro como são frágeis as hipóteses do país conseguir sobreviver até às eleições do próximo dia 27 de Abril.

A violência da passada segunda-feira, em que pelo menos 51 pessoas foram mortas em Joanesburgo, transformando o centro da cidade num verdadeiro campo de batalha entre o ANC e o Inkatha, deixou atordada a África do Sul e levou como nunca o país à beira da há muito temida guerra civil.

O efeito desta matança foi o de apressar o que parece ser a prova de força final entre os antigos aliados, cujo desfecho determinará a viabilidade desta eleição tão esperada.

Os responsáveis pela organização do acto eleitoral afirmam que tudo se passará como planeado. Mas os observadores estrangeiros da ONU, da Commonwealth e da Organização de Unidade Africana avisaram que era «o próprio futuro deste país» que estava a ser ameaçado pela incapacidade das forças de segurança e dos líderes políticos em manter a paz.

Como era de prever, acusações e contra-acusações são lançadas mutuamente entre o ANC e o Inkatha quanto à res-

ponsabilidade pela carnificina de Joanesburgo.

Polícia ineficaz ou desinteressada?

O pior dos incidentes ocorreu à frente da sede do ANC, onde oito apoiantes do Inkatha, que tomavam parte na marcha pelo centro de cidade, foram mortos a tiro. O ANC afirmou que os guardas da segurança — comportando-se «com sacrifício e paciência insuperáveis» — tinham aberto fogo em legítima defesa quando o Inkatha assaltou o edifício. O Inkatha afirma que as mortes foram «planeadas e executadas pelo ANC». Ambos os lados reclamam ter avisado a polícia antecipadamente da violência iminente e que a reacção foi mínima.

Uma observação atenta do cenário em que foram mortos os oito homens — numa altura em que os paramédicos das forças de segurança administravam injeções de morfina e plasma sanguíneo entre uma confusão de corpos e de charcos de sangue — indica que as afirmações do ANC sobre o assalto à sua sede são no mínimo exageradas.

Os oito homens do Inkatha foram assassinados a poucos passos uns dos outros, aparentemente quando dobravam a esquina na rectaguarda do arranha-céus que abriga os líderes do ANC. Os buracos das balas sugerem que foram atingidos a

partir dos quatro andares inferiores do edifício ou, mais provavelmente, de uma varanda de betão que percorre o prédio em toda a volta.

Mas talvez o aspecto mais chocante da carnificina de Joanesburgo tenha sido a incapacidade demonstrada pela polícia para controlar a manifestação do Inkatha, o que pode ser um sinal de que o aparelho de segurança do país é ineficaz ou não está interessado em manter a paz.

Apenas se viam alguns carros patrulha e camiões da polícia na mesma altura em que milhares de zulus, transportando consigo armas «tradicionais» e armas de fogo mal escondidas, desaguararam no centro da cidade quase deserto, apesar de ser geralmente a hora de ponta da manhã. Não se via qualquer dispositivo de controlo de multidões. A polícia e as forças militares, que mais tarde apareceram a pouco e pouco na baixa da cidade, pareciam estar armadas unicamente com espingardas automáticas e pistolas.

A maioria dos manifestantes, que marchavam sobre a capital em apoio do rei zulu Goodwill Zwelithini, estavam reunidos numa pequena praça, em frente da principal biblioteca de Joanesburgo, quando se começaram a ouvir disparos. Percebeu-se que a polícia disparava tanto sobre os elementos armados no meio da multidão como sobre os edifícios em volta da praça, onde alega que ha-

via franco-atiradores. Mas não foram atingidos nem presos quaisquer franco-atiradores e, aparentemente, os «homens armados» atingidos não passavam de atiradores de elite da polícia que se encontravam em missão de vigilância.

De Klerk insiste em cimeira

Enquanto o ANC e o Inkatha lançam ameaças mútuas ao rescaldo da violência de Joanesburgo, o Presidente De Klerk luta pelo prosseguimento das conversações de paz. Uma proposta inicial de realização de uma cimeira multipartidária, esta semana, foi recusada pelo rei zulu Goodwill Zwelithini, que afirmou que o seu povo precisava de tempo para enterrear os mortos e permitir que abrandasse «a enorme fúria que sentiam no peito».

Mas, depois dos apelos pessoais do Presidente, Zwelithini acedeu a encontrar-se com De Klerk e Nelson Mandela na próxima semana, em companhia do chefe Mangosuthu Buthelezi. Ião estas conversações tranquilizar o país ou provocar um recrudescimento da violência? A resposta determinará se a África do Sul vai celebrar a «libertação», no fim deste mês, ou simplesmente phonar uma maior devastação.

Escândalo agita militares

DAVID BERESFORD
correspondente
em Joanesburgo

AS INVESTIGAÇÕES secretas sobre a conspiração da «Terceira Força» da África do Sul, cujo objectivo era a destruição do acordo político nacional, levaram à descoberta de provas tão sensacionais que permitem que o Presidente De Klerk tome medidas contra os altos comandos da Polícia.

Esta semana, De Klerk anunciou que dez oficiais, incluindo três generais, iam ser suspensos, na sequência da publicação do relatório da Comissão de Inquérito Goldstone em que os seus nomes eram mencionados. O relatório acusava-os de tentar

desestabilizar o país através dos «esquadrões da morte» e do fornecimento de armas e treino militar ao Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi.

Segundo consta, o juiz Richard Goldstone, que preside à Comissão, reuniu muito mais provas sobre as actividades da «Terceira Força» do que aquelas que revelou. Pelo menos três informadores foram levados em segredo esta semana para fora do país para um esconderijo na Europa, segundo um esquema de protecção a testemunhas.

Aparentemente, um deles terá sido ameaçado pelo principal comandante da Polícia sul-africana, o comissário Johan van der Merwe, que tentou forçá-lo a retratar-se das declarações prestadas ao

juiz. A decisão do general van der Merwe de se pôr ao lado dos colegas acusados de cumplicidade pelo juiz Goldstone, fez com que a crise assumisse contornos ainda mais graves.

Entretanto, proliferaram os boatos no interior da corporação, falando-se mesmo do caso de um ex-polícia morto no mês passado e que poderia ter sido assassinado porque sabia demais. O corpo de Eugene Riley foi encontrado, baleado, na sua casa de Joanesburgo, estando a seu lado o revólver de serviço. Na altura, a polícia declarou que se tratava de suicídio, mas diz-se agora que Riley trabalhava para o National Intelligence Service — o organismo governamental mais importante

em matéria de serviços de informação — numa investigação sobre a «Terceira Força».

As repercussões políticas deste escândalo poderão precipitar uma confrontação entre o ANC e o Governo, de um lado, e o Inkatha do outro.

Embora ainda não existam provas suficientes para envolver Buthelezi, poucos duvidam de que o escândalo acabará por atingir o seu gabinete. Um dos seus principais colaboradores, o líder do Inkatha no Transvaal, Themba Khoza, já foi implicado pela Comissão Goldstone.

O próprio De Klerk não teve outra alternativa senão

Continua na pág. 6

Buthlezi ainda admite ir às eleições sul-africanas

De Klerk marca pontos

PÚBLICO, 3.4.94

Jorge Heitor*

Esperanto e polémico
Buthlezi ainda admite
a hipótese de, num
compromisso de última
hora, ir às eleições
gerais deste mês,
as sondagens indicam
uma ligeira descida no
favoritismo médio do
ANC e uma recuperação
de terreno por parte
do Partido Nacional,
de Frederik de Klerk.
Nem tudo está perdido
na África do Sul, apesar
de todo o alarmismo.

O

Vice do Partido Inkatha, Mangosuthu

Buthlezi, uma das mais controversas figuras da política sul-africana dos últimos anos, admitiu ontem a possibilidade de a cimeira prevista para a próxima semana ainda poder abrir caminho à sua participação nas eleições gerais marcadas para 26 e 28 de Abril.

Buthlezi confirmou assim que se mantém de pé a sua prevista reunião com o Presidente

Frederik de Klerk, com o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, e com o Vice do ANC, Nelson Mandela, apesar de ter criticado a proclamação do estado de emergência na província de Kwazulu-Natal.

Todos os observadores creem que o primeiro-ministro do Kwazulu, bantustão que em breve deixa de existir segundo o novo alinhamento constitucional da África do Sul, é um homem condenado ao eclipse político se persistir na sua recusa de ir às urnas, pois nem muitos dos seus antigos correligionários o querem acompanhar nesse gesto.

Aparentemente, Buthlezi e os extremistas boers adeptos do boicote eleitoral poderiam contar como votos a seu favor se muitas abstenções que de certo irá haver mas que não se podem contabilizar com rigor, porque não existam cadêrnos eleitorais. No entanto, grande parte dos simpatizantes do Inkatha e da Frente do Povo Africano quer mesmo ir às urnas, deixando assim num grande dilema os responsáveis por essas formações políticas.

Para de 23 milhões de sul-africanos têm teoricamente condições para votar, sendo de admitir que uns 14 a 15 milhões realmente o façam e que a futura Assembleia Nacional seja dominada pelas bancadas do ANC e do Partido Nacional, que entre si conseguirão ocupar pelo menos três quartos dos 400 lugares.

Entretanto, o importante jornal "The Star" de Johannesburg, revelou ontem que o partido de Mandela está a perder lentamente o grande favoritismo que lhe é atribuído, enquanto o do Presidente De Klerk poderá ficar melhor do que aquilo que há um ou dois meses se supunha.

Com base tanto nas sondagens desta semana como naquilo que é a convicção de diversos observadores do processo, pode apontar-se que para o ANC irão cerca de 63 por cento dos votos e para o Partido Nacional talvez uns 30 por cento, uma realidade longe de maná para uma formação política que se poderia dizer desgastada por 46 anos de monopólio do poder. Mas se o Inkatha sempre for às urnas esses números deverão descer, principalmente o do ANC.

Abatella pelos mistiços

Uma das grandes batalhas em curso é pela conquista do cargo de três milhões de mestiços, designadamente na província do Cabo Ocidental, onde o Partido Nacional espera ganhar e colocar Herman Krul como primeiro-ministro regional.

A fim de fazer face ao esprentado favoritismo dos homens de Frederik de Klerk na região do Cabo, o ANC enviou para o continente a Krul um dos seus mais destacados políticos mestiços, Alan Bosenk, que é apoiado nas campanhas por um mistiço que para o efeito se desmitificou através da direcção da empresa estatal de rádio e televisão, Franklin Senn, e pela mulher do aristocrata anglo-americano Desmond Tutu, Leah.

PAC é o terceiro

No resto da África do Sul, o partido de Nelson Mandela não tem grande dificuldade de se afirmar maioritário, dizendo as sondagens que no campo geral a terceira posição vai aparentemente para um grupo de extrema-esquerda negra, o Congresso Pan-Africano (PAC), de Frank Makhahle, que se consegue pelo menos cinco por cento dos lugares na Assembleia fixa com direito a representação no Governo.

A quarta posição — e isto partindo sempre do pressuposto de que o Inkatha mantém o boicote — vai agora para a Frente da Libertade, do general boer Constand Viljoen, que se situou das suas periferias na Frente do Povo Africano e que poderá congreguar à sua volta cerca de quatro por cento do eleitorado.

A quinta bancada parlamentar, talvez com menos de uma dúzia de deputados, poderá ser a do Partido Democrático, de Zach de Beer, liberal cujas ideias foram "votadas" nos últimos quatro anos e meio por Frederik de Klerk e de quem uns quantos empresários se assustaram agora para o jovem Partido Federal.

* com Steven Lang, em Johannesburg

Continuação da pág. 5

Escândalo agita militares

agir contra os generais. Se desse qualquer ideia de bastar no apoio à Comissão Goldstone, daria a perder qualquer esperança de conseguir votos entre o eleitorado negro nas eleições do próximo mês.

A única hipótese que os comandos da Polícia poderiam avaliar de não sofreram as consequências do escândalo seria através de um golpe militar — o que parece altamente improvável — ou criamdo o caos político, talvez por meio do assassinato de uma figura-chave, por exemplo, Nelson Mandela.

Existe grande antipatia de entre a Polícia e a Força de

Defesa Sul-Africana — cuja participação seria crucial para qualquer tentativa golpista. E o ANC foi extremamente cauteloso nos últimos anos, da forma a cair nas boas graças dos comandos militares.

Desde o atentado que vitimou o líder do Partido Comunista, Chris Hanu, no ano passado — que muitos creem ter levado o país até à beira do abismo — o assassinato de Mandela ou de outro dirigente passou a ser considerado o único imperdável ainda capaz de impedir a concretização do histórico acordo constitucional sul-africano.



África do Sul em tempo de espera Tudo depende da cimeira quadripartida

FOLHICHO, 3.4.94

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, deu ontem claramente a entender que muito depende agora na África do Sul do resultado da cimeira que terá esta semana com o Presidente De Klerk, o rei dos xulus, Godwill Zwelakini, e o chefe do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi.

Mandela admitiu mesmo que a cimeira, em dia e local não confirmados, por motivos de segurança, possa condizer ao levantamento das medidas de emergência que estão a ser tomadas na província do Kwazulu/Natal, onde as Forças de Defesa Sul-Africanas já colocaram 1200 homens em funções de policiamento, número que tentaram elevar para 3600 até às eleições do fim deste mês.

Se a reunião já se tivesse chegado a efectuar na semana passada, como chegou a estar prevista, talvez nunca houvesse sido decretado o estado de emergência, substituiu o líder do ANC, que continua a aparecer

nos olhos dos jornalistas como uma pessoa interessada em tudo que acontece.

Nelson Mandela, que a Assembleia Nacional a sair das eleições deverá proclamar Presidente da República, manifestou-se satisfeito com o facto de Buthelezi ter dito na sexta-feira que, se a cimeira correr bem, ainda poderá encontrar a hipótese de o Inkatha ir às urnas.

Enquanto isto, 10 pessoas, incluindo dois policiais, foram mortas de surpresa para ontem no Kwazulu/Natal, uma das nove províncias em que a África do Sul passa a estar dividida, depois de haver 10 do quatro províncias e 10 habitantes, reservas especiais para as diferentes etnias negras.

O mais grave incidente ocorreu numa zona rural perto de Estofort, onde alguns homens armados abriam fogo de AK-47 sobre os

participantes numa reunião religiosa, tendo morto três pessoas (FOLHICHO 11).

Parto dali, outros militantes abateram a tiro duas pessoas e feriram uma terceira. E desde a entrada a vigor do estado de urgência, na quinta-feira à noite, são já 17 os mortos no Kwazulu/Natal, depois de no mês de Março haverem sido 300.

As autoridades disseram que os principais ataques das últimas 48 horas foram aparentemente lançados por partidários do Inkatha contra simpatizantes do ANC, enquanto a imprensa noticiava que dois funcionários da empresa estatal de electricidade Eskom haviam sido apançados por terem servido de intermediários na venda de um milhão de pistolas-metralhadoras AK-47 à polícia do Kwazulu.

Nos últimos dias tem estado no ar o fantasma de milhares de adeptos de Buthelezi se erguerem em armas contra o estado de

Entre a chacina e o surf

DEZ MULHERES e crianças de uma família afectada ao ANC foram durante o fim-de-semana mortas em facas e cabanas na zona de Port Shepstone, na província sul-africana do Kwazulu-Natal, onde desde quinta-feira vigora um estado de emergência para que as chacinas não sejam ainda maiores.

Entre sabado à noite e ontem de manhã, foram 19 os mortos naquela província, a que mais dores de cabeça está a dar às autoridades da África do Sul, quando faltam pouco mais de três semanas para as eleições gerais em que pela primeira vez negros, brancos, indianos e mestiços participam lado a lado.

No entanto, e apesar dos numerosos episódios de violência que aqui e ali se vão verificando um pouco por todo o país, o clima não é de forma alguma o do caos generalizado ou o dos primeiros dias de uma guerra civil, antes se adivindo grandes esperanças para a continuidade de uma

normal vivência quotidiana.

Ainda ontem Judith Makhoff, da agência Reuters, destaca que a proclamação do estado de emergência pouco veio modificar o dia a dia da juventude de Durban, onde as praias continuam cheias de surfistas e de outros adoradores do sol.

Esta é, aparentemente, uma das contradições do processo sul-africano, nem sempre muito bem entendidas da Europa: a violência que a tantos assusta e que semanalmente vai matando largas dezenas de pessoas é essencialmente um facto que se verifica nas zonas suburbanas, predominantemente habitadas por negros, enquanto no resto do país a vida continua normal.

Muitos sul-africanos estão a arrastar em casa latas de comida, veda, armas e munições, pois ninguém sabe muito bem o que poderá ser o dia de amanhã, mas por enquanto vai-se diariamente ao trabalho, quando ele

existe, joga-se nos casinos e gozam-se as férias, segun elas nos sedências locais, na vizinha Moçambique ou mesmo na Europa.

Cimeira na sexta-feira

O Presidente Pretorius de Klerk e o líder do ANC, Nelson Mandela, falarão ontem cordialmente um com o outro durante uma cerimónia de Pesca que se efectuou em Morija, no Norte do Transvaal, e em que também estiveram o presidente da Comissão Eleitoral Independente, Johann Krieger, e o líder do Partido Democrático, Zach de Beer.

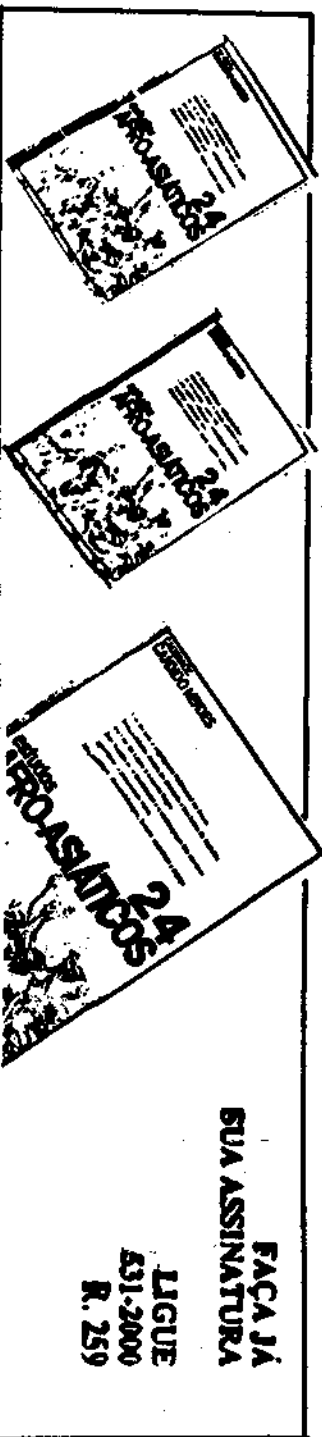
Mandela anunciou depois estar marcada para sexta-feira a reunião que ele e De Klerk deverão efectuar com o rei dos xulus e com o líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, de modo a resolver os obstáculos que ossoas duas personalidades têm

emergências e a integração do território sul na província sul-africana do Natal, situação essa em que o número de mortos se poderia elevar a largas centenas, no curto espaço de uma semana.

Por isso é que as Forças de Defesa entradas por Pretória se encontram de prevenção nas zonas mais tensas em redor de Durban, como eBambanyini (na foto).

A polícia do Kwazulu, que integra 4000 homens, já foi acuada oficialmente por Pretória de formar esquadrões da morte, pelo que Mandela pediu que não fosse autorizada a sair das esquadras, o que no entanto ainda não se verificou. Neste como noutras aspectos, a situação sul-africana continua cheia de indúvidas e de ambiguidades, que talvez possam ser um grande obstáculo ao realmente houver esta semana a cimeira quadripartida. ■

Shawn Lang, em conversação com
Pauler e AFP



**FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA**

**LIGUE
631-2000
R. 259**

África do Sul a três semanas das eleições

À espera de Henry Kissinger

Jorge Heitor*

Políticos dos EUA e da Grã-Bretanha poderão ser a chave para o desbloqueamento da situação na África do Sul. Kissinger e Lord Carrington chegam já esta semana, a tempo da cimeira que se debruçará sobre a questão zulu. O presidente da Comissão Eleitoral disse ao PÚBLICO que as perspectivas se desanimam.

Aqueles que sempre defenderam que a África do Sul não se encontra de modo algum à beira de uma catástrofe iminente citam hoje a seu favor a chegada, esta semana, dos mediadores internacionais que vão ajudar a ultrapassar o conflito que opõe os adversários e os de-

fensores das eleições gerais do fim de Abril.

Henry Kissinger, o antigo secretário norte-americano de Estado que foi o braço direito do Presidente Nixon, é a vedeta de uma mediação que deverá incluir o britânico Lord Carrington e um destacado político alemão, que muito bem poderá ser o antigo ministro Hans-Dietrich Genscher.

Este esforço de diplomacia coincide com a realização, em princípio na próxima sexta-feira, de uma cimeira entre o Presidente De Klerk, o líder do ANC, Mandela, o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, o chefe do Inkatha, Buthelesi; e, ainda, o presidente do Congresso Pan-Africano (PAC), Clarence Makwetu.

O Presidente da Comissão Eleitoral Independente, juiz Johan Kriegler, declarou ontem ao PÚBLICO que o estado de emergência na província do Kwazulu/Natal está a melhorar as possibilidades de se realizar naquela zona uma eleição democrática, tal como aliás se pretende no resto do país.

Kriegler disse que as autoridades do Kwazulu, antigo bantustão que de ora em diante se dissolve na antiga província do Natal, juntando-lhe o seu nome,

só com relutância é que estão a cooperar com a Comissão Eleitoral, numa espécie de resistência passiva.

O grande objectivo do Presidente De Klerk e de Nelson Mandela, possivelmente com a ajuda de Kissinger e de Lord Carrington, é conseguir ultrapassar a insolência até agora demonstrada por Buthelesi e levá-lo a aceitar, mediante um qualquer compromisso, que as eleições também se possam efectuar no Kwazulu-Natal, ao mesmo tempo que nas restantes oito províncias sul-africanas.

O juiz Kriegler obteve que o líder do Inkatha só poderá agora apresentar-se ao eleitorado como candidato de um dos partidos devidamente registados, uma vez que a tempo e horas não aceitou inscrever o dele. Mas uma gráfica da África do Sul afirma que em três dias ainda se poderiam imprimir novos boletins de voto, para substituir aqueles que já estão compostos e que não incluem o nome e o símbolo da força que se reivindica defensora da identidade zulu.

São 18 as oportunidades de escolha que se encontram

PÚBLICO, 5.4.94

num dos actuais boletins, desde o ANC, o Partido Nacional e o PAC até ao Sports Organisation for Collective Contributions and Equal Rights (SOCCER), que tem por emblema uma bola de futebol, e ao Keep it Straight and Simple (KISS), cujo símbolo é constituído por uns lábios.

Ainda antes da chegada dos mediadores e da cimeira que se pretende da reconciliação de todos os sul-africanos deverão conferenciar entre si delegações do ANC e do Inkatha, designadamente acerca das reivindicações federalistas deste último. E uma das hipóteses em aberto é a das eleições para a assembleia regional do Kwazulu/Natal não se efectuarem na mesma data das eleições para a Assembleia Nacional, mas apenas uma ou duas semanas depois.

O general Constand Viljoen, elemento relativamente moderado da extrema-direita boer, sugeriu entretanto que o Inkatha vá às urnas incluído nas listas da Frente da Liberdade, cujo principal objectivo é conseguir o direito a uma região exclusivamente administrada por brancos cuja língua deriva do antigo holandês; um Volkstaat. ■

* com Steven Lang, em Johannesburg

Eleições na África do Sul

Soares apela aos portugueses:

“Votem no bom sentido”

O PRESIDENTE da República lançou ontem um apelo à comunidade portuguesa na África do Sul para que exerça o seu direito de voto, no próximo dia 27, “no bom sentido” e, embora frisando que não irá “obviamente dar indicações de voto”, lembrou que, em vésperas do século XXI, “ter esperanças de que as coisas voltem para trás é insensato”.

O Presidente lançou este apelo no arranque da Presidência Aberta sobre Ambiente e

Qualidade de Vida, durante o primeiro encontro que manteve com a imprensa, em que aproveitou para abordar a situação da África do Sul, explicando que quando regressasse, no dia 21, “será um pouco tarde”.

Frederic De Klerk e Nelson Mandela, os líderes do Partido Nacional e do ANC, foram apontados por Soares como “dois homens-chave na evolução da África do Sul”, na luta por uma solução de equilíbrio que o Presidente alertou não

poder passar mais por quadros passadistas. “Andar para diante só é possível, neste final de século, num quadro de democracia e multirracismo, e de rejeição absoluta do ‘apartheid’”, afirmou Mário Soares, frisando que é este o único quadro capaz de conduzir a África do Sul “no bom caminho”. De contrário, profetizou o Presidente, se a experiência de democratização e da paz falhar, “será uma tragédia para a África do Sul e para o mundo”.

PÚBLICO, 5.4.94

A importância do desfecho destas eleições no futuro de todo o continente africano foi amplamente destacada pelo Presidente da República. Falou de África como “um continente à deriva” e sublinhou que a evolução da situação sul-africana “condicionará toda a África Austral”, incluindo Angola e Moçambique.

No apelo que lançou aos “nossos compatriotas portugueses”, cuja experiência e papel a desempenhar na região enalteceu, Mário Soares debruçou-se com algum pormenor nos contactos que manteve, de perto, com os líderes quer do ANC quer do Partido Nacional, lembrando que sempre acreditou “na sinceridade” dos seus esforços para que uma solução equilibrada possa ser alcançada.

“Felizmente não me enganai”, rematou o Presidente, no veemente apelo para que os portugueses “apostem na paz, na democracia, e votem com sentido de responsabilidade”. ■ A.S.

Que futuro para os portugueses da África do Sul?

José Hílio Nascimento*

PÚBLICO, 5.4.94

As primeiras eleições democráticas da África do Sul aproximam-se e uma nova era se abre no país depois do dia 26. A partir de então, a África do Sul passará a dispor de um Governo de unidade nacional, pela simples razão de que todos os partidos com mais de cinco por cento do eleitorado terão representação no Governo.

A fórmula procura evitar o domínio de um só partido na fase de transição e um consenso alargado garante já que a África do Sul não será dividida, enquanto que a presente constituição vigorará interinamente nos próximos cinco anos. A Assembleia Nacional eleita no dia 26 também será considerada. Daqui a cinco anos novas eleições se realizarão e uma nova constituição será aprovada.

São grandes e importantes mudanças que não deixam ninguém indiferente, a começar pela comunidade portuguesa. Não é para menos. Uma sociedade que nunca viveu numa democracia passará já daqui a dias a reger-se pelos princípios democráticos e do sufrágio universal. Como é possível ultrapassar, de um dia para o outro, séculos de discriminação racial, opressão, intolerância e ódios acumulados?

Como é possível ultrapassar, neste novo contexto, e sem uma abrangente angústia, os actuais e gravíssimos problemas sociais de um país considerado dos mais ricos do planeta, mas onde grassa a falta de habitação e de electrificação, o desemprego ronda os 40 por cento, e a criminalidade e a violência urbana atingem índices elevadíssimos?

O que vai acontecer a essa geração perdida dos milhões de negros que não frequentaram a escola sob o lema, então em vigor, "primeiro a libertação e depois a educação"? Que vai acontecer a esta geração que começou a faltar à escola a partir das revoltas do Soweto em 1976 e, hoje, vê-se sem conhecimentos mínimos nem uma formação académica elementar que lhe permita olhar o futuro des preocupadamente? Que lhes resta senão o desemprego e o crime como solução única de sobrevivência?

Estudos recentes atestam que esta (por isso assim considerada) "geração perdida" apresenta

um elevado número de psicopatas dados como irrecuperáveis, num cenário aterrador que "explica" a altíssima taxa de criminalidade na África do Sul. Qualquer coisa como o país proporcionalmente com mais mortes violentas no mundo.

Simultaneamente a estes terríveis problemas sociais, a África do Sul é conhecida também pelos seus sinistros níveis de intolerância política: quantos países mais há no mundo em que as pessoas são assassinadas por pertencerem a um partido diferente? Depois, é a crise económica, a pior que o país já conheceu, fala-se mesmo da sua pior crise do século. O rande desvalorizou-se em relação a quase todas as outras moedas, atingindo o seu valor mais baixo de sempre. O desemprego é o que é, e o número de empresas falidas e a fecharem atinge recorde.

É este, infelizmente, o pano de fundo com que se vem alimentando toda a incerteza em que vive actualmente a comunidade portuguesa ou lusófona, e é isto tudo que leva ao previsível êxodo em massa dos portugueses, rumo a Portugal.

Milhares deles começaram mesmo já a sair da África do Sul durante as últimas semanas, no propósito declarado de "fugirem", para já, das eleições. A pretexto das férias, procuram estar fora do país neste mês de Abril, julgando assim poder estar ao abrigo de qualquer distúrbio de maior ordem que possa ocorrer durante o período eleitoral.

A verdade é que muitos já não voltarão, e ficarão em Portugal definitivamente. Preferem enfrentar todas as dificuldades de adaptação ou readaptação do que enfrentarem o futuro que se lhes apresenta incerto na África do Sul. São os mais velhos, especialmente os com melhores condições económicas, e o carregamento de contentores tem tido um movimento diário.

Mas há quem, mesmo assim, prefira ficar na África do Sul — especialmente os mais jovens. Pensando neles, formou-se recentemente o Partido Luso-Sul-Africano (Lusap), que se quer apresentar ao sufrágio, tanto ao nível nacional como regional.

António Gouveia, professor universitário de Psicologia na Universidade de Vista, no Soweto,

e Manuel Moutinho, empresário, ambos de 36 anos, são os seus líderes. Qualquer deles goza de grande credibilidade na sociedade sul-africana, especialmente o primeiro, que lecciona já há dez anos e há pelo menos cinco que teve a coragem e a lucidez de encorajar o diálogo com o ANC como a integração activa dos lusófonos na política sul-africana. Nessa altura, foi acusado pelos elementos conservadores da comunidade portuguesa de ser comunista por dialogar com o ANC...

Infelizmente, o Governo português nunca soube (ou nunca quis) apoiar iniciativas destas — e só recentemente, na sua última deslocação a Pretória, o ministro Durão Barroso entendeu apelar à integração dos portugueses na política sul-africana. Mesmo assim não pôde (ou não quis?) receber os jovens líderes do Lusap.

Foi pena, até por uma questão de informação de Durão Barroso. Ficava a saber que são estes portugueses mais jovens e menos preconceituosos quem pode tirar a comunidade lusófona do gueto étnico em que se encontra autodesterrada há décadas a fio.

E se a África do Sul conseguir de facto a sua estabilidade desejada em democracia, nestes jovens portugueses residirá um trunfo inestimável para a presença portuguesa nesta região tão importante. Eles serão, seguramente, um dos elos de ligação entre Portugal e os PALOP.

Mais: com a integração futura da África do Sul na SADEC, a África Austral tornar-se-á um bloco económico de primeira grandeza, dentro dos próximos anos. E só a língua portuguesa e a experiência única dos portugueses na região permitirão à comunidade lusófona da África do Sul qualquer hipótese em relação às demais comunidades do país. Resta saber se, no seu conjunto, os portugueses na África do Sul estão à altura do que, no mínimo, se lhes pede: ajudarem a reconstruir o país que os acolheu e lhes deu as oportunidades que não encontram no seu país natal. ■

* advogado, residente na África do Sul, nascido em Johannesburg de pais portugueses oriundos da Madeira

Confirmadas as eleições no Natal

PÚBLICO, 7.4.94

O PRESIDENTE da Comissão Eleitoral Independente (IEC) e o Governo sul-africano rejeitaram ontem a sugestão de adiamento das eleições no bantustão do KwaZulu, província do Natal, apesar da violência que se continua a registar na região.

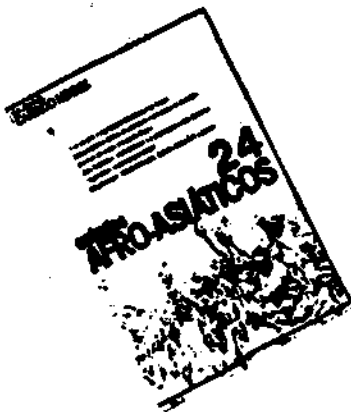
Na véspera, um grupo de trabalho misto da IEC e do governo do KwaZulu admitira a impossibilidade prática de assegurar o processo eleitoral dado o clima de violência a que a declaração do estado de emergência ainda não conseguiu pôr termo. Mais de 110

peças morreram na província desde a imposição do estado de excepção, na passada quinta-feira.

Ontem ainda, o Partido da Liberdade Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, voltou a insistir na inviabilidade das eleições e a exigir o seu adiamento. Mas o presidente da IEC, juiz Johan Kriegler, respondeu que tal estava fora de questão. "O que deve ser feito (...) são esforços para criar condições para que o maior número de pessoas possa exercer o seu direito de voto. Vamos decididamente para a fren-

te no Natal", disse à Reuter.

Kriegler confirmou que a comissão enviara dois inspectores para o KwaZulu, que deverão apresentar na sexta-feira um relatório sobre as medidas a tomar face à violência. Para o mesmo dia, está prevista uma reunião secreta entre o Presidente De Klerk, Nelson Mandela, Buthelezi e o rei zulu, Goodwill Zwelithini. Encontro que é visto como uma "última oportunidade" de compromisso entre as reivindicações do Inkatha e as posições do Governo e do ANC. ■



Zulus marcharam em paz

CERCA DE 25 mil zulus desfilaram ontem sem incidentes por Empangeni, no Natal, rigorosamente enquadrados por mais de mil polícias e elementos do exército sul-africano.

Para esta primeira grande manifestação desde a proclamação, quinta-feira, do estado de sítio no Natal, que proíbe o porte de armas, não foi registado nenhum incidente, embora os manifestantes zulus tenham desfilado com as suas armas tradicionais: lanças, paus, zagaia, escudos e machados cerimoniais.

A marcha, que se estendeu por três quilómetros, era dirigida e vigiada antes de mais pelos próprios organizadores, e depois enquadrada a todo o

comprimento por dezenas de veículos blindados do exército. Helicópteros asseguravam a vigilância aérea.

Apresentada à partida como uma manifestação dos "súbditos" do rei Goodwill Zwelithini, a manifestação era na realidade dirigida por membros do partido Inkatha de Mangosuthu Buthelezi.

As forças da ordem ainda tentaram desarmar alguns manifestantes à sua chegada a bordo de autocarros, às portas de Empangeni, cidade branca de 18 mil habitantes a 170 quilómetros ao norte de Durban, mas em vão, enquanto a multidão se agitava, gritando e cantando: "Não toquem nos autocarros".

A meio do percurso, os manifestantes entregaram um memorando do Inkatha a um membro da comissão eleitoral independente (IEC), dirigida ao seu

PÚBLICO, 6.4.94

presidente, o juiz Johann Krieger.

O texto do documento exige o adiamento das eleições previstas de 26 a 28 de Abril, bem como o reconhecimento da soberania do rei Goodwill sobre o Kwazulu-Natal, o coração da região onde vivem 8,5 milhões de zulus.

A sede do arqui-rival Conselho Nacional Africano (ANC, de Nelson Mandela) em Empangeni estava protegido por cordões de polícias e soldados em fito de combate e por rolos de arame furpado.

Mais de dez mil pessoas morreram nos últimos 10 anos em violência política no Kwazulu-Natal, na sua maioria envolvendo zulus, profundamente divididos entre o ANC e o rival Inkatha. Uma marcha zulu em Joanesburgo, na semana passada, acabou num banho de sangue, com mais de 50 mortos.

Numa entrevista a uma cadeia britânica de televisão, o rei Goodwill disse: "Não precisamos de um banho de sangue neste país. Temos que viver em paz com os outros grupos étnicos, mas a necessidade de uma nação zulu deve ser seriamente encarada".

Soubese entretanto ontem em Joanesburgo que oitenta polícias, enviados pelos Estados membros da União Europeia, vão observar o comportamento da polícia sul-africana durante a campanha eleitoral.

O contingente será comandado por Keith Biddle, oficial da polícia britânica, que já está na África do Sul desde a semana passada, com um primeiro grupo de quatro outros polícias da mesma nacionalidade. Os polícias europeus ficarão espalhados por todo o país. ■

Savimbi diz que a paz está iminente

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Savimbi, disse que o seu partido está à beira de assinar o acordo de paz com o Governo angolano. "Dentro de dias nós vamos assinar o acordo. Estamos optimistas", disse Savimbi, citado pela Reuter, a um grupo de jornalistas que se encontra nos territórios controlados pela UNITA.

As negociações de paz patrocinadas pelas Nações Unidas que decorrem desde Novembro de 1993 em Lusaca eram dadas como estando à beira da ruptura, depois de

PÚBLICO, 6.4.94

terem sido suspensas por divergências quanto à partilha do poder.

Savimbi minimizou, no entanto, essa possibilidade. Insistiu em que os progressos alcançados nas negociações em curso na capital da Zâmbia foram positivos depois de o Conselho de Segurança das Nações Unidas não ter reforçado as sanções anteriormente impostas à UNITA.

O líder da UNITA falou aos jornalistas numa modesta casa do Chinguar, cerca de 100 quilómetros a leste do Huambo. ■

Butros-Ghali pede aceleração das negociações

PÚBLICO, 9.4.94

COM AS conversações de Lusaca em ponto morto, as Nações Unidas procuram relançar o processo negocial angolano. Ontem, o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, apelou a um rápido relançamento das negociações entre o Governo angolano e a UNITA, anunciou ontem em Genebra o seu porta-voz.

Butros-Ghali encontrou-se ontem na cidade suíça com o seu representante em Angola, o maliense Alioune Beye, que serve de

mediador entre as duas partes em conflito. "Embora apreciando os substanciais progressos já alcançados, o secretário-geral quer exprimir a preocupação de toda a comunidade internacional que quer ver as negociações concluídas tão cedo quanto possível", disse o porta-voz, após o encontro entre os dois responsáveis.

"O secretário-geral deu instruções ao seu representante especial para desencadear novas acções de modo a dar um impul-

VIOLENTO ATAQUE DE MANDELA A DE KLERK — O líder do ANC, Nelson Mandela, acusou ontem o Presidente De Klerk de dar cobertura, "por acção ou omissão", à actuação de uma "terceira força" que provoca e ataca, segundo ele, a violência entre os militantes do partido maioritário sul-africano e os do Inkatha. Ao falar perante milhares de pessoas reunidas no Soweto no aniversário do assassinio de Chris Hani, Mandela afirmou que De Klerk é um homem "fraco e indeciso", que nunca aceitou divulgar as conclusões da comissão presidida em 1992 pelo general Pierre Steyn, sobre a implicação de oficiais superiores da Força de Defesa na violência entre os negros. Segundo ele, trata-se de um "dosier" que "contém dinamite", pois que colocaria em causa figuras gradas do regime. Foi o seu mais forte ataque das últimas semanas ao Presidente da República, cujo Partido Nacional tenta conseguir mais de 20 por cento dos votos nas eleições deste mês, não deixando o ANC chamar aos ambicionados dois terços dos lugares da Assembleia Nacional. PÚBLICO, 11.4.94



bre "as modalidades" do processo da segunda volta da eleição presidencial.

Segundo testemunhos provenientes de Cabinda, citados pela France Presse, prosseguem os bombardeamentos da aviação governamental contra posições da UNITA na região petrolífera do Soio, na fronteira norte de Angola e ocupada pelo movimento de Savimbi há mais de um ano. Caças bombardeiros governamentais terão atingido uma multidão reunida numa festa da UNITA, provocando um número indeterminado de mortos e feridos. O êxodo dos habitantes do Soio para Cabinda e para o Zaire, iniciado em Fevereiro, intensificou-se nos últimos dias. ■

so às negociações", acrescentou.

A enviada da Luza a Lusaca apurou que Alioune Beye pediu um encontro ao Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, que terá sido agendado para domingo em Luanda, onde aliás se encontra desde quinta-feira a delegação governamental.

A delegação da UNITA reuniu-se ontem de manhã em privado, na capital zambiana tendo já sido feita, quarta-feira, a entrega da sua nova proposta so-

A oposição não se

Austino Soares Lopes,
em Bissau

Sem meios e tendo uma dupla derrota nas eleições legislativas e presidenciais, a oposição guineense está reunida para tentar formar uma coligação aceitável de desafiar o regime de Nino Vieira

Os líderes dos partidos guineenses da oposição estão reunidos em Bissau, desde segunda-feira, numa audiência com vista à criação nas próximas dias de uma ampla coligação para as eleições legislativas e a indicação de um candidato único para as presidenciais, que deverão ter lugar simultaneamente antes de 26 de Junho.

A única principal das reuniões já realizadas tem sido reunir a confiança entre os opositores do regime para estabelecer uma estratégia forte e consequente que permita derrotar o PAIGC e o seu candidato às eleições presidenciais, o general

"Nino" Vieira.

O PÚBLICO apurou em Bissau, que a base programática e as linhas mestras da futura coligação já estão definidas e contam com o apoio de nove dos 12 partidos legalizados. Falta obter a adesão do Partido da Convergência Democrática (PDC) que tem um candidato próprio — o empresário Domingos Gomes —, e da Frente de Libertação e Independência da Guiné (FLING), cujo líder Francisco Ransohé Mendy, de próprio também candidato, se encontra ausente do país.

Caso este "consolide" rapidamente elaboradas listas únicas para as legislativas e indicados o candidato para as presidenciais e os nomes propostos para presidente da Assembleia Nacional Popular (Parlamento) e chefe do Governo.

Esta nova atitude da maioria dos partidos da oposição tem muito a ver com as dificuldades que vêm vindo a enfrentar no litoral, sobretudo nas regiões do interior do país onde as estruturas do partido no poder e as do Estado se confundem.

As comprovadas irregularidades detectadas na preparação do recenseamento eleitoral, que obrigaram a sua suspensão, e o funcionamento inadequado das

PÚBLICO, 9.4.84

Comissões Regionais de Eleições (CRE) também despertaram a atenção da oposição que se deu conta da possibilidade de um duplo desaire nas primeiras eleições democráticas. Além disso os partidos estão todos "despolitizados", sem condições para manter operativas as suas estruturas partidárias por mais três meses, o que reduziria consideravelmente o seu poder complementaridade.

Nas últimas semanas, a Assembleia Nacional Popular decidiu que o subido de 500 mil dólares destinados aos 13 partidos só será entregue dez dias antes das eleições. Para Amine Saad, presidente do Partido Democrático do Progresso, que no se encontro coordenou o Fórum Democrático, esta decisão mostra claramente as intenções do poder, "além de que não dá garantias da sua disponibilização, embora a verba esteja inscrita no orçamento geral do Estado".

Amine Saad diz que a oposição vai às eleições consciente de que não estão criadas as condições para a sua realização. Da como exemplo o facto de as Comissões Regionais só disporem de uma viatura para cada região, quando cada sector deveria dispor pelo menos de uma para garantir a entrega e a recolha das urnas no próprio dia, pois de contrário vão ter de recorrer aos responsáveis locais da segurança e do Governo, que são os únicos a dispor de

A capital não tem água

PÚBLICO, 9.4.84

vão em Angola e que mostra bem o descalabro causado pela guerra que se recordou após as eleições de 1982.

Na semana passada, os combustíveis, a electricidade e a água tinham sofrido um aumento de quatro mil por cento, mas o prometido aumento de 100 por cento nos salarios da Função Pública ainda não se concretizaram.

Entretanto, as Forças Armadas Angolanas continuam a tentar correr com a UNITA da região da zona-norte das Lundas e a tentar impedir por todos os meios que o partido de Jonas Savimbi consiga ganhar bastões na província de Benguela, o que facilitaria a sua penetração no controlo do Planalto Central, conseguido o ano passado.

A reconquista de NDalalandó

Mais perto de Luanda, combatem-se em Dange-ye-menha, entre o Dondo e NDalalandó (a ex-Salazar), a capital do Cuanza

meio.

Al explica Saad, poderia-se repetir a experiência do Mali, em que as urnas foram trocadas durante o seu transporte por forças militares e para-militares. Cita ainda como flagrantemente as operações da Comissão Nacional de Eleições no Banco Internacional da Guiné-Bissau: "Falta a pagar-se a descoberto a uma taxa de 50 por cento".

As reservas de Amine Saad não ficam por aí e questiona mesmo se as anomalias detectadas nas regiões de Cacheu — concretamente em 8, Domingos e Bula que podem por em causa a eleição de três deputados, em Quinara, onde 76 seguites do recenseamento foram inscritos à margem das listas oficiais ou até o caso de Tombali, em que o PAIGC designou como fiscal das eleições o comandante regional da segurança — "não poderão vir a acontecer um pouco por todo o país desvirtuando todo o processo".

Entretanto, surgiu um novo partido denominado Fórum Crivo Guineense-Social Democracia (FCK/SD) liderado por uma mulher, Antonieta Rosa Gomes, que pretende candidatar-se às presidenciais. Esta formação, legalizada pelo Supremo Tribunal de Justiça no passado dia 31 de Março, foi criada no Brasil por estudantes guineenses retornados nesse país. ■

guerra. Fonte militar não-oficial de Luanda disse ao PÚBLICO que na Lunda-Norte se encontram perto de 600 dos quase 1300 elementos do antigo batalão Butão, da África do Sul, que as autoridades angolanas teriam contratado.

O regime angolano não reconhece ter ao seu serviço quaisquer mercenários, mas aquela fonte falou ao correspondente do PÚBLICO de certos choques de competência que já se teriam verificado nas Lundas, com os sul-africanos alegadamente a quererem dar ordens a oficiais superiores do Exército comandado pelo general João de Matos.

Entretanto, as conversações sobre a paz e a reconciliação em Angola arrastam-se em Luanda, não estando à vista qualquer acordo global. ■

Aguar das fontes, em Luanda



A CIDADE de Luanda, com cerca de dois milhões de habitantes, um quinto da população de Angola, vai ficar praticamente sem água nem electricidade por tempo indeterminado, talvez uns dois meses, devido a uma sabotagem da UNITA aos postos que transportam energia a partir da central de Cambambe, que fica a uns 200 quilómetros.

Das turbinas a gás que de-

veriam ser utilizadas em caso de falta de energia proveniente de Cambambe, só uma arranca, porque a outra se encontra estragada; e, assim, a capital angolana só garante agora à sua população seis horas de electricidade por dia, depois de na noite de sábado haver estado totalmente escura.

Vários hospitais pediram

prioridade no fornecimento de electricidade, pois que sem ela não podiam ser tratados os

doentes que impedem muita

gente de morrer.

Quanto à água, que não existe nas canalizações, é agora distribuída pelas ruas em caudais, numa clima que evoca o das partes tempoas que se têm vi-

A tentação autoritária

EXPRESSO, 9.4.93

OS PROGNÓSTICOS sobre o nascimento de uma «nova» África do Sul parecem cada vez mais sombrios, à medida que a onda de violência crescente, na província-chave do Natal, começa a empurrar Nelson Mandela e o ANC para uma via que tende para um regime autoritário.

Os activistas de direitos humanos mostram-se cada vez mais preocupados com a tendência autocrática que parece tomar forma no ANC, na sequência da imposição do estado de emergência no Natal e do agravamento da confrontação com o líder do bantustão Kwazulu, o chefe Mangosuthu Buthelezi.

Esta semana, o ANC decidiu pressionar o Presidente Frederik De Klerk a utilizar plenamente os seus poderes especiais, que incluem a possibilidade de detenção sem julgamento, de modo a forçar a realização das eleições no Natal.

O gozo repentino deste movimento de libertação pelos poderes especiais — que estiveram na origem da morte de muitos dos seus membros durante os anos do «apartheid» — segue-se ao que muitos observadores consideram ser um comportamento bizarro de Mandela no que diz respeito ao massacre dos apoiantes de Buthelezi du-

rante a marcha em Joanesburgo, na semana passada.

Oito apoiantes do Inkatha foram mortos a tiro na manifestação, em frente ao quartel-general do ANC, a «Shell House». Supõe-se que os assassinatos foram cometidos a sangue-frio por membros da segurança do ANC. Soubese posteriormente que Mandela impedira a entrada da polícia na sede do ANC. Mandela confirmou ter recusado a um agente uma autorização geral para que fossem enviados especialistas em balística ao interior do edifício.

«Expliquei-lhe que não era oportuno, porque a polícia parecia não ter agido de forma imparcial», disse Mandela, aludindo à incapacidade da polícia em controlar os manifestantes do Inkatha. «Disse-lhe que têm de entrar também em todas as hospedarias [do Inkatha], para depois poderem entrar na 'Shell House'».

Ao ser-lhe perguntado se o estado de emergência era uma indicação da forma como o ANC tencionava lidar com a oposição após assumir o poder, Mandela respondeu que não estava interessado em questões «esotéricas», porque estava demasiado empenhado em esforços concretos para trazer a paz ao país.

Os receios de que as eleições de 26 a 28 de Abril não possam ter lugar na província do Natal foram suscitados pelo relatório de um grupo de trabalho, constituído por representantes da Comissão Eleitoral Independente, do Governo e da administração do Kwazulu. O grupo afirmou que tinham chegado, «por unanimidade», à conclusão de que os níveis de violência e de intimidação eram demasiado elevados para permitir a realização de eleições, pelo menos no Kwazulu.

«Deixem-me que vos diga que não haverá qualquer adiamento», disse Mandela perante os jovens eufóricos que assistiam a um comício da campanha eleitoral, esta semana, em resposta ao relatório. «Não adiaremos a nossa liberdade», concluiu.

Cimeira de recurso

Ontem, rodeados de grande secretismo, De Klerk, Mandela, Buthelezi e Goodwill Zwelethini, o rei zulu, reuniram-se em cimeira extraordinária — que decorria no momento de fecho desta edição —, numa tentativa de desanuviamento do cenário político e social. Como ponto de partida, o ANC reconhece à «instituição da Casa Real

do Kwazulu» e ao seu «rei» soberania em toda a província do Kwazulu-Natal. Em troca, Mandela pediu que Zwelithini se empenhe em que o sufrágio se possa realizar naquela província.

Há dúvidas sobre um possível adiamento das eleições numa região, ao mesmo tempo que o resto do país vai às urnas.

Esta opção torna-se ainda mais difícil porque as eleições se fazem na base de um sistema de listas partidárias — sem círculos eleitorais — e os eleitores podem depositar o seu voto na urna em qualquer ponto do país, seja qual for o sítio em que vivam. Isto dá origem ao óbvio perigo de eleitores poderem votar duas vezes, na eleição «principal» e depois, novamente, na eleição adiada da província de Natal.

Mesmo que os problemas técnicos possam ser ultrapassados, terá de haver sempre um ponto de interrogação sobre a legitimidade do resultado da votação, pelo menos até que o Natal — que representa cerca de um quarto da população do país — se decida a ir também às urnas.

DAVID BERESFORD
correspondente
em Joanesburgo

África do Sul: libertação antes da Educação

UM GRITO frequentemente ouvido durante a luta contra o «apartheid» foi «Liberation before Education» — Libertação antes de Educação. Este «slogan» foi usado para justificar a destruição de centenas de escolas, mas também apontou o sistema educativo como um dos principais instrumentos da opressão racial das populações negras na África do Sul.

O Partido Nacionalista, no poder desde 1948 até agora, sempre canalizou muito mais verbas à educação de crianças brancas do que para as negras. O ensino dos brancos foi orientado para produzir uma elite branca, destinada a dirigir o país, a formar médicos, advogados e outros profissionais. O sistema de educação «bantus», com cerca de 50 por cento de alunos por classe a mais do que os seus colegas brancos, foi desenvolvido para formar criados domésti-

cos e mão-de-obra para as fábricas e minas do país.

Nas décadas de 70 e 80, quando a luta contra o «apartheid» começou a intensificar-se, os movimentos de libertação faziam todo o possível para destruir o sistema de educação «bantus». Incentivavam os alunos a protestarem na vanguarda da luta que, em muitos casos, a geração mais velha já abandonara. A revolta de 1976 em Soweto, desencadeada ostensivamente como protesto contra o uso obrigatório nas escolas da língua Afrikaaner, foi liderada por menores de 20 anos.

Agora, a primeira campanha eleitoral do Congresso Nacional Africano está a focar a questão da educação com bastante êxito. Nos jornais nacionais, o ANC salienta que, embora o Partido Nacionalista prometa educação igual para todos, este partido agora no governo

gastou no corrente ano fiscal três vezes mais dinheiro por aluno branco do que para os alunos das outras raças. Por sua vez, o ANC afirma ter um plano para dar dez anos de ensino gratuito para «todos os nossos filhos». E promete estabelecer um programa nacional para conceder empréstimos e bolsas de estudo a todos os estudantes necessitados. Além disso, o ANC promete ainda lançar uma campanha maciça para formação profissional e ensino de adultos.

Este último ponto tem bem mais peso no contexto sul-africano do que teria noutros países com mais ou menos o mesmo nível de desenvolvimento visto que, apesar das suas riquezas, o país tem cerca de 15 milhões de adultos analfabetizados ou semi-analfabetizados. Uma organização com fortes laços ao ANC, o National Literacy Campaign,

já formulou um plano que será apresentado ao departamento de educação do ANC para lidar com o elevadíssimo nível de analfabetismo.

O plano, ainda não adoptado como política oficial, abrange uma primeira fase para formar um quadro de pessoal que, por sua vez terá de formar instrutores em educação básica para adultos. Uma das arquitectas do plano, Judy Faviash, explica que a formação não se limitará a simples aulas de como se lê ou escreve o nome. O seu plano prevê equipar estes 15 milhões de analfabetos a enfrentarem os desafios de um país em desenvolvimento incluindo a interpretação de leituras básicas, qual o significado de uma conta e, talvez mais importante, como ajudar os seus próprios filhos a aproveitarem melhor o novo sistema de educação. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

O fantasma do regresso

EXPRESSO, 9.4.93

CARLOS MIGUEL
OLIVEIRA*

*Deputado do PSD eleito pelo círculo Fora da Europa

O POSSÍVEL regresso a Portugal dos portugueses residentes na República da África do Sul (RAS) tem causado algumas preocupações, normais, no país, mas também algum alarmismo e equívocos injustificados que podem, inclusivamente, ser prejudiciais. Este artigo — que escrevo mais na qualidade de membro integrante da comunidade portuguesa da RAS do que como deputado eleito pelo círculo Fora da Europa (que inclui a África do Sul) — tenta contribuir para um maior esclarecimento sobre esta realidade.

Alarmismo

Os mais recentes incidentes de violência política na RAS aumentaram a apreensão da comunidade portuguesa que ali vivem, quanto ao seu futuro. No entanto, é necessário salientar que esses incidentes causaram maior impacto e alarmismo em Portugal do que na própria comunidade portuguesa daquele país. Na sua maioria, a comunidade conhece e sente de uma forma expectante, mas madura, serena e informada o evoluir da situação política na RAS. Os focos de tensão são conhecidos e os incidentes de percurso são esperados.

O «fantasma» do regresso de 500 mil portugueses é exagerado. Desde o ano passado que se tem verificado o regresso de algumas famílias. É até natural que algumas pessoas venham passar em Portugal o período que compreende o pico da campanha eleitoral, a votação (de 26 a 28 de Abril, ou numa data adiada), a contagem de votos e o rescaldo eleitoral.

É um elemento de prudência que se situa no âmbito da decisão pessoal, mas que está longe de corresponder a um êxodo da comunidade portuguesa. Acima de tudo, precisamos de ter a noção da realidade, evitar dramatismos e especulações sobre a necessidade de activar qualquer plano de repatriação. Neste sentido, é importante considerar três fac-

tuguesa e os efeitos perniciosos do alarmismo.

Razões para um regresso

É preciso ter em consideração que a grande maioria da comunidade portuguesa deseja continuar a viver na RAS, onde tem um estilo e um nível de vida dificilmente igualável em Portugal. No imediato, só o eclodir de uma guerra civil generalizada poderá levar a alguma coisa próxima do êxodo da comunidade portuguesa. A situação actual ainda está longe de corresponder a este cenário. Neste contexto, tirando algumas precauções aconselháveis nas actuais circunstâncias, as pessoas continuam a fazer a sua vida normal. Seria irresponsável rejeitar a possibilidade de guerra civil generalizada, mas penso que a probabilidade de se concretizar é menor do que tendencialmente se assume. No entanto, é previsível a continuação do aumento da onda de violência política até ao fim do processo eleitoral.

A curto prazo, os portugueses condicionarão a sua decisão de regresso em termos das suas expectativas relativamente a dois factores: a criminalidade comum e a economia — e não aos resultados das eleições como frequentemente se especula. A criminalidade comum afecta muito mais directamente a comunidade do que a violência política, e a economia tem a ver com a razão directa da permanência destes portugueses na RAS: uma elevada qualidade de vida. Será, no curto prazo, a deterioração destes dois factores que poderá levar alguns portugueses a regressar a Portugal, mas longe de um êxodo.

A sociologia da comunidade

A pretensa «falta de preparação para o processo político» e o «conservadorismo» da comunidade portuguesa são frequentemente apresentados — com alguma arrogância, algum paternalismo e alguma condescendência — pela grande maioria de observadores, como factores que determinam uma tendência para o êxodo da comunidade portuguesa. Acontece que é pre-

cisamente o inverso que é verdadeiro. Esta gama de observadores «iluminados» conhece de forma distante, filtrada e superficial a situação na RAS. A comunidade portuguesa na RAS, apesar de não ser possuidora de uma cultura prosaica, é profundamente conhecedora da situação real do país e dos seus potenciais riscos. Um conhecimento que advém de um acompanhamento «in situ» da situação.

Quanto ao conservadorismo, há de facto elementos conservadores na comunidade portuguesa (como em todas as comunidades) mas que, para além de serem altamente visíveis, e fáceis de estereotipar, correspondem a uma minoria. Calcula-se que perto de 80 por cento dos portugueses tenham votado favoravelmente no referendo de Março de 92 sobre a continuação, ou não, da reforma política na RAS. Por outro lado, as simpatias com a extrema-direita branca são pontuais e não deverão chegar a 5 por cento.

Efeitos do alarmismo

A decisão do cidadão sobre a sua permanência na RAS ou o regresso a Portugal, deve provir das suas circunstâncias pessoais e da sua observação, conhecimento e intuição sobre o desenrolar dos acontecimentos. As recentes notícias da existência de um plano de repatriação, e as especulações sobre a sua activação, vêm baralhar um processo de decisão cuja responsabilidade é estritamente pessoal e pode induzir em erro os mais facilmente influenciáveis. Por um lado, poderá provocar o pânico injustificado, por outro, poderá acalmar espíritos justamente apreensivos, ou dar a ideia (errada) de que qualquer plano, por melhor que seja, conseguirá alguma vez evitar as perdas e os dramas, e acomodar todas as necessidades de uma comunidade desta dimensão. Nestas circunstâncias, a especulação só prejudica. Deixemos os portugueses residentes na RAS decidir calma e maduramente sobre o seu futuro. Aliás, um plano desta natureza não deveria ser discutido e comentado na praça pública.

O «peso» dos regressados

Tendo em atenção a concretização do pior cenário, que não deixa de ser possível, já se especula sobre o esforço que representaria para Portugal acolher e integrar os portugueses que decidam regressar. Despertam-se os espíritos receosos de ter de passar a compartilhar as «riquezas» do país (empregos, segurança social, subsídios, escolas, etc.) com os eventuais regressados. No cômputo geral, o regresso destes portugueses poderá, para alguns deles, envolver aspectos negativos ou mesmo dramáticos. A RAS ficará a perder com a sua saída. Mas para Portugal o regresso destes portugueses será mais benéfico do que prejudicial. Muitos precisarão da ajuda do Estado português, que lhes é devida por direito de cidadania. Mas a maioria destes portugueses está embuída de um espírito empresarial e dinâmico que, associado à utilização produtiva das poupanças que foram acumulando em Portugal ao longo dos anos, resultaria num importante contributo para a actividade económica, gerando riqueza e empregos.

A politiquice

Há uma grande diferença entre política e politiquice, mas alguns não a conseguem discernir e muitos não conseguem fugir às tentações da politiquice: a demagogia e o lucro político fácil e imediato, entre outras. A exploração político-partidária da insegurança ou do drama de pessoas seria lamentável e um claro atestado de menoridade de quem assim proceda. Até ao momento, as perspectivas sobre a situação na RAS não têm sido alvo de politiquices ou de interesses sectários. Os partidos políticos portugueses têm-se pautado por uma postura de Estado e, desde há muito, a generalidade da comunidade portuguesa tem acolhido com inquestionável satisfação, e em espírito de cooperação, a postura e o contacto permanente assumidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Esperemos que continue a prevalecer esta maturidade.

Estudantes saem à rua e Governo recua

A CALMA voltou ontem à cidade da Praia, com a polícia a assegurar o controlo das principais artérias e a patrulhar edifícios públicos, depois dos confrontos de terça-feira terem deixado um saldo de 21 feridos, destruição de bens materiais, três detenções e a saída a terreiro das forças políticas, que se acusam mutuamente do ocorrido.

Os incidentes de terça-feira na Praia foram aproveitados politicamente pelas forças da oposição, acusou ontem o Movimento para a Democracia (MPD, no poder).

Segundo o MPD, existem "sinais evidentes de forças políticas regressivas, antidemocráticas e sem escrúpulos" de procurarem "a desestabilização política e social", e "a provocação, confronto, violência e desunião entre os cabo-verdianos".

Por seu turno, o PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, na oposição) pensa que os incidentes reflectem a filosofia que o Governo tem vindo a adoptar, "quando a lei da cacetada prevalece contra a necessidade do diálogo".

Uma decisão do Ministério da Educação, que pretendia alterar as normas de dispensas aos exames dos

alunos liceais e aumentar ligeiramente a duração do ano lectivo, levaram à rua, há dois dias, milhares de estudantes, tanto na Praia (Santiago) como no Mindelo (S. Vicente) e em S. Filipe (Fogo).

Segundo testemunhas, os estudantes apedrejaram o edifício do Palácio do Governo, na Praia, viaturas do Estado, bem como de particulares, quando alguns colegas seus foram agredidos pela polícia.

A empresa de transportes públicos, Transcor, teve de suspender a circulação dos seus autocarros depois de três deles terem ficado inutilizados. Pedras e pneus em chamas foram colocados na artéria em que se situa a sede do Governo de Carlos Veiga impossibilitando a circulação de viaturas.

Os distúrbios prolongaram-se até altas horas da noite. Segundo o balanço do comando-geral da Polícia de Ordem Pública (PDP), três pessoas foram detidas e 21 ficaram feridas, três das quais por armas de fogo.

Entretanto, depois de se ter reunido com os estudantes, o Ministério da Educação divulgou, na noite de terça-feira, um comunicado em que fez saber que as normas de dispensa aos exames, válidas no ano passado, continuavam em vigor.

PÚBLICO, 11.4.94

Ainda a mesma nota, na ocasião, os estudantes se demarcaram dos actos de vandalismo verificados na Praia.

Mas os alunos de São Vicente fizeram saber que não se encontram totalmente satisfeitos, uma vez que ficou por resolver a questão do aumento em mais 20 dias do ano lectivo.

Tanto o sindicato dos professores, como os alunos e a própria oposição, através do PAICV, criticaram ontem o Governo pela inoportunidade da sua anterior decisão, uma vez que a mesma quase ocorreu numa altura em que o ano escolar se encontra praticamente na sua recta final. O Sindicato dos Professores de Santiago fez saber que já é tempo de o Ministério da Educação tomar medidas de fundo sem consultar os directamente envolvidos.

Quem não deixou de manifestar o seu choque pelos acontecimentos foi o próprio ministro da Educação. Em conversa com os jornalistas, Manuel Faustino desabafou que não foi um dia agradável para si, tendo evitado fazer uma leitura política dos incidentes.

Aliás, a direcção-geral do ensino, em comunicado distribuído à imprensa, ilibou os estudantes dos incidentes. As aulas, que se

mantiveram ontem suspensas, deverão ser hoje reiniciadas.

Clima de insatisfação

Para os observadores da vida política cabo-verdiana, os acontecimentos da Praia são um sinal da crescente impopularidade do Governo de Carlos Veiga. Mas parece não haver dúvidas que vários adultos se juntaram aos jovens para dar vazão à revolta que trazem dentro de si.

Os incidentes tiveram lugar duas semanas depois da Câmara Municipal da Praia ter demolido um conjunto de habitações clandestinas, tendo na altura a polícia carregado sobre os moradores quando estes tentavam manifestar-se contra a medida da sua edilidade. No mesmo dia em que as manifestações dos estudantes tiveram lugar, esses moradores negaram-se a receber novos lotes numa outra localidade, ameaçando que se iriam manifestar no dia seguinte.

Acredita-se que alguns deles terão aproveitado a oportunidade para se juntarem aos jovens. Aliás, a casa do presidente da Câmara Municipal da Praia, Jacinto Santos, foi cercada terça-feira à noite, tendo a polícia evitado a sua invasão.

João Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Oposição unida na Guiné-Bissau

PÚBLICO, 11.4.94

NOVE partidos da oposição guineense chegaram ontem a acordo quanto à constituição de listas únicas para as eleições legislativas e à indicação de um candidato comum para as presidenciais, que deverão ter lugar em simultâneo até fins de Junho.

O candidato será um dos líderes partidários, uma vez excluída a hipótese de uma figura independente e acordado que os diferentes políticos desistirão em favor da pessoa a escolher amanhã, após a derradeira tentativa que Domingos Fernandes e Amine Saad, líderes respectivamente do Movimento Bafatá e do Partido da Democracia e Desenvolvimento, irão fazer junto do Partido da Convergência Democrática e do Partido da Renovação Social, para obter a sua aderência ao projecto unitário da restante oposição.

O porta-voz da reunião dos líderes, que vinha decorrendo em Bissau desde a semana passada, Amine Saad, afirmou aos jornalistas que foi dado um passo significa-

tivo para a derrota do Presidente João Bernardo Vieira e do PAIGC e admitiu a possibilidade de os outros dois partidos virem a desistir dos seus projectos próprios, "em prol de uma vitória que garanta dois terços à oposição".

Amanhã, serão conhecidos os nomes do presidente da coligação e do seu secretário permanente. Mas as atenções na capital guineense estão também voltadas para o recenseamento eleitoral a iniciar hoje, caso a Comissão Nacional de Eleições (CNE) consiga ultrapassar o impasse criado agora pelo Instituto Nacional de Estatística, que decidiu inesperadamente baixar o subsídio e atribuir aos agentes recenseadores.

Se tudo decorrer conforme a programação da CNE, os trabalhos terminarão dia 23 e os seus resultados serão publicados uma semana depois, de forma a que o Presidente da República possa marcar a nova data das eleições, que estiveram para ser em Março.

António Soares Lopes,
em Bissau

